



10º Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão

Patrocínio, MG, outubro de 2023

O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO IFTM – CAMPUS PATROCÍNIO

Sophia Maria Delarisse Granado; Jeanne Gonçalves Rocha; Gustavo Silva de Souza
Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Patrocínio
Modalidade: Pesquisa
Formato Resumo Expandido
Agência Financiadora: BIC JR. IFTM.

Resumo:

Quando se fala da inclusão de pessoas com necessidades específicas na sociedade, a história é mestre em nos ensinar que esse não foi um processo agradável, demandando esforços de diversas pessoas de épocas diferentes para enfim acontecer. Tendo esse cenário em vista, o presente trabalho foi realizado focando-se no questionamento da importância que a gestão democrática demonstra ter na inclusão educacional de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFTM - Campus Patrocínio. Para a realização do trabalho, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e a investigação de documentos institucionais, tais como o PDI e os Regimentos Geral e Interno do IFTM e do IFTM – Campus Patrocínio. A pesquisa bibliográfica, nesse caso, foi utilizada para fundamentar alguns conceitos importantes que são pertinentes ao tema. Os objetivos estabelecidos para este projeto foram a identificação de autores que aprofundassem nos temas gestão democrática e inclusão educacional, além da investigação de documentos institucionais que proporcionassem leis e ações pertinentes ao tema abordado. Ao final, o trabalho resultou no encontro de diversas atividades que foram iniciadas e realizadas por alunos, professores, familiares, enfim, toda a comunidade escolar. Esses projetos foram de grande importância para as pessoas que apresentam algum tipo de necessidade educacional específica, dado que a realização destes possibilitou um maior espaço de ação e inclusão para essas pessoas. E apesar de sabermos que ainda há muito espaço para a inclusão, um primeiro passo é sempre importante para começar.

Palavras-chave: Inclusão educacional; Gestão democrática; Necessidades específicas.

Introdução

A Constituição Federal Brasileira (1988) já estabelecera, em seu art. 205, que o ensino deve ser ministrado com base nos mais diversificados princípios, entre os quais

a gestão democrática. Esta se caracteriza pela participação de toda a comunidade escolar em seus processos e decisões.

Nesse sentido, a presente pesquisa propôs investigar o papel da gestão democrática na inclusão educacional de estudantes com necessidades específicas do IFTM – Campus Patrocínio a partir do ano de 2018, quando foi elaborada sua última versão do Plano de desenvolvimento institucional – PDI 2019/2023. Procuramos articular os conceitos de educação inclusiva e gestão democrática entendendo que a primeira só é possível por meio de uma gestão compartilhada e comprometida em proporcionar uma educação de qualidade para todos, sem exceções.

Esta pesquisa se justifica pela possibilidade de contribuição para os estudos na área abordada e pela necessidade de se compreender a importância da gestão democrática para que a educação possa, de fato, ser acessada e experienciada por todos de igual maneira. Ressalta-se que a educação inclusiva ainda representa uma realidade distante para aqueles que apresentam algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Objetivos

Geral

Investigar o papel da gestão democrática na inclusão educacional de estudantes com necessidades educacionais específicas do IFTM – Campus Patrocínio.

Específicos

- Investigar bases legais e contribuições de autores referenciais no que se refere à gestão democrática e à inclusão educacional;
- Localizar nas políticas institucionais do IFTM como a gestão democrática e a inclusão educacional são abordadas;
- Identificar ações e projetos realizados no IFTM - Campus Patrocínio, que tratem da inclusão educacional alinhada à gestão democrática, e refletir sobre sua importância para uma educação mais inclusiva.

Metodologia

No que se refere à metodologia, esta pesquisa classifica-se como exploratória quanto ao objeto, o que nos permitiu maior familiaridade com o problema (GIL, 2002, p. 41) e possui abordagem qualitativa. Quanto ao procedimento técnico, recorreremos à pesquisa bibliográfica para compreender e discutir os temas “gestão democrática” e

“educação inclusiva”, bem como à pesquisa documental, por meio da qual foram investigados os documentos/ registros relacionados a ações de inclusão no âmbito do IFTM - Campus Patrocínio.

Referencial teórico

Nos termos da Lei Nº 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a inclusão educacional trata-se de uma educação que atende a todos, sem exceções, e de forma igualitária. É nesse contexto que Mantoan (2003) e Carvalho (2005) trabalham com uma perspectiva de defesa da educação como um direito constitucionalmente assegurado a todos com igualdade de direitos entre as pessoas. Ambas as autoras convergem a respeito da diferenciação dos conceitos de integração e inclusão.

O tema inclusão, obrigatoriamente, vem acompanhado do que chamamos de gestão democrática, que está expressa na lei de Bases e Diretrizes nacionais da educação como um princípio sob o qual será ministrado o ensino no Brasil.

Luck (2009) atribui à gestão democrática um sentido de condição, tal qual serve para aproximar a escola, a família e a comunidade, e estabelecer um ambiente inclusivo e de participação. Em outras palavras, refere-se ao envolvimento da comunidade escolar no processo decisório, levando em consideração que a atuação conjunta desses sujeitos é o que possibilitará uma proposta pedagógica que esteja de acordo com a realidade e contextos em que a escola se insere.

Desenvolvimento/resultados

Ao analisar os documentos do IFTM, e, especificamente do campus Patrocínio, notamos uma diversa gama de normativas que orientam os servidores e alunos a tomar ação quanto à educação inclusiva.

O PDI (2019, p.57) - Plano de desenvolvimento institucional do IFTM, com período de vigência entre 2019 e 2023, demonstra a importância de uma educação inclusiva ao determinar como princípio sustentador do Instituto a “inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, inclusive as pessoas com necessidades educacionais específicas”.

Já os Regimentos Geral e Interno do IFTM e do IFTM - Campus Patrocínio apresentam, em sua composição, diversas previsões sobre incentivar ações, e sua

concretização, que estão diretamente relacionadas com a inclusão educacional dentro da instituição.

Ainda nos documentos supracitados, é colocada em evidência a existência do NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas). Este, por sua vez, possui regulamento próprio, em que é possível visualizar de maneira mais clara sua finalidade primeira de garantir as condições de acesso, permanência e aprendizagem “por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão do estudante com necessidades específicas”. (IFTM, 2021, p. 3)

O NAPNE tem como objetivo articular-se com os demais setores da instituição a fim de desenvolver programas e projetos que atendam às exigências da comunidade no que tange à inclusão, objetivando um maior envolvimento da comunidade como um todo. Como forma de melhor orientar e reorientar suas ações, este núcleo redige anualmente um plano de atividades, cuja principal função é registrar ações e propostas de trabalho alinhadas à educação inclusiva.

A fim de possibilitar uma melhor compreensão de como a inclusão educacional pode se dar em um ambiente escolar e participativo, as ações identificadas foram classificadas nas seguintes categorias: Saúde Física e Mental; Parcerias Externas; Aquisição/Solicitação de Recursos; Articulação com os estudantes com necessidades específicas e suas famílias; Adaptações arquitetônicas; Projetos de extensão; Formação continuada para os profissionais de educação e Articulação e diálogo com demais setores do ensino, pesquisa e extensão.

Com base nas atividades categorizadas pudemos perceber como o funcionamento do IFTM como instituição pública e de qualidade só é possível quando vários setores e grupos diversos são capazes de articular-se em prol da inclusão.

Muitos dos projetos que se encaixam nas categorias em questão foram os principais responsáveis pelo aprimoramento da inclusão no IFTM Campus Patrocínio, deixando uma marca registrada em como a atuação conjunta da comunidade pode promover um melhor convívio e condição de ensino para todos, inclusive e, principalmente, para pessoas com alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Considerações finais

É possível afirmar que o IFTM, por meio de suas normativas, tem buscado estimular e assegurar a inclusão de pessoas com necessidades específicas no âmbito da instituição. Especificamente no campus Patrocínio, a inclusão desses alunos é materializada, em grande parte, a partir de ações planejadas e executadas por núcleos como o NAPNE.

Nesse contexto, a participação da comunidade escolar é importante para promover a inclusão dentro do IFTM – Campus Patrocínio. Dado o contexto histórico de exclusão de pessoas com necessidades específicas, observa-se que o desempenho que vem sendo exercido pelo Campus é notório, e baseado no plano de atividades do NAPNE, esse desempenho é resultado da articulação e diálogo de toda a comunidade escolar, o que inclui desde os educadores até os familiares dos estudantes.

Assim sendo, denota-se a importância de desenvolver outros trabalhos e projetos que visem o envolvimento da comunidade interna e externa da escola, visto que sua eficácia no que tange a inclusão de pessoas com necessidades específicas é garantida, fato esse que foi comprovado com a análise dos documentos institucionais do IFTM e do IFTM – Campus Patrocínio.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GIL, A. C. (2002) **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas S/A.

IFTM. 2019. **Resolução nº 37, de 29 de abril de 2019**.

LUCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.